

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS – 15 ANOS DE VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DA EJA- EPT

Silvia Regina Montagner¹
Mariana Durigon²

RESUMO

O presente resumo tem como proposição apresentar as experiências e vivências da oferta de cursos na modalidade EJA-EPT do Instituto Federal Farroupilha Campus Júlio de Castilhos, nestes 15 de anos de história marcadas por sucesso, preocupações, resistência, mudanças, que foram fundamentais na perpetuação destes cursos até os dias atuais, busca-se cotidianamente pensar em estratégias conjuntamente com os docentes de como trabalhar com vistas a permanência dos alunos na Instituição. A oferta da EJA esteve presente desde o início da implantação da Instituição em 2008, após duas ofertas do curso Técnico em Informática, o grupo de professores que mantinha encontros semanais para debater e discutir a realidade do curso, pensou na mudança da oferta para um curso que contemplasse as especificidades da região, assim foi proposto a partir de 2010, o curso Técnico em Comércio, que perdura até os dias atuais. As ofertas dos cursos na modalidade Educação de Jovens e Adultos, possibilita que homens e mulheres elevem sua escolaridade com uma formação Integrada atrelada ao mundo do trabalho, numa perspectiva emancipadora e humanizadora. Salienta-se que a oferta da EJA perdura na Instituição por tantos anos, por termos um grupo de docentes que historicamente busca construir através do diálogo, uma formação pautada na valorização do trabalho humano, com uma escuta sensível as reais necessidades dos alunos, que buscam no trabalho coletivo alternativas para diminuir a evasão, que se destacou ainda mais na pandemia. Mesmo diante das dificuldades, o grupo dos docentes conjuntamente com a gestão estão sempre motivados a repensar as ações para permanência dos alunos, ao mesmo tempo que se propõe oferta de cursos que atendam às necessidades deste público. O grande desafio da permanência é o que nos move a pensar alternativas mais efetivas, com uma formação profissional que permita que construam seus próprios caminhos de inserção profissional.

Palavras-chave: EJA-EPT, diálogo, vivências, permanência.

INTRODUÇÃO

Este estudo surge a partir da premissa do elevado número de evasão e baixa eficiência dos cursos da EJA no Instituto Federal Farroupilha, ao acompanhar esta modalidade a treze anos como Pedagoga da Instituição, tem-se a preocupação com a perpetuação desta oferta, que visa atender um público desassistido da sociedade, um público com baixa escolaridade, emprego precário, ou em situação de vulnerabilidade social, enfim, que estão à margem das políticas

¹ Pedagoga do Instituto Federal Farroupilha Campus Júlio de Castilhos - RS, silvia.montagner@iffarroupilha.edu.br;

² Docente do Instituto Federal Farroupilha Campus Júlio de Castilhos - RS, mariana.durigon@iffarroupilha.edu.br;

públicas. Por isso, manter a oferta destes cursos no IFFar, precisa ser visto como uma política de inclusão, de proporcionar qualificação profissional e elevação de escolaridade à Jovens e adultos que não tiveram acesso, ou tiveram insucesso no ensino regular na idade própria. Ao pensarmos a Educação de Jovens e Adultos temos que fazê-la retomando suas histórias cheias de perspectivas negativas, descontínuas, excludentes, essas perspectivas desqualificam o que os alunos trazem para o espaço tempo escolar, tanto no sentido da destituição de direitos, quanto suas experiências de luta pela vida.

A partir dessas reflexões, defende-se uma formação profissional que possibilite a jovens e adultos se apropriarem de conhecimentos que os insira na vida produtiva; nesse contexto, equivale a indissociabilidade entre educação profissional e educação básica. Portanto, as finalidades e funções específicas dessa modalidade de ensino indicam, conforme o parecer do Conselho Nacional de Educação nº 11/2000, que trata da Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, três funções: (i) a reparadora (restaurar o direito de uma escola de qualidade), (ii) a equalizadora (restabelecer a trajetória escolar), e (iii) a qualificadora (propiciar a atualização de conhecimentos por toda a vida). Assim, nessa modalidade de ensino, “indicam que em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendem os espaços formais da escolaridade e conduzam à realidade de si e ao conhecimento do outro sujeito” (Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 11, 2000).

Ao longo da história, o ensino médio estava centrado na formação dos jovens e adultos para o mercado de trabalho, principalmente quando se fala de filhos de trabalhadores que precisavam buscar emprego, em outras situações o ensino médio era focado apenas para preparar o jovem para o vestibular. Contudo, em nenhuma dessas situações o ensino médio era centrado nos estudantes como sujeitos de emancipação humana, que, apesar de formar para o mundo do trabalho ou para o vestibular e/ou ENEM, busca formar na sua totalidade, como sujeito crítico, autônomo, que possua suas próprias opiniões e se posicione frente ao que acontece na sua volta.

Quando se trata da EJA, diante de sujeitos trabalhadores que estiveram afastados da escola e projetados no mundo do trabalho, muitas vezes incapacitados e desprovidos de um saber profissional, se torna um grande desafio entender que esses sujeitos são trabalhadores e são possuidores do direito de ter uma formação que relacione seus saberes construídos na prática social e cultural, com os saberes vinculados a uma atividade produtiva. Por outro lado, é necessário pensar na construção de um projeto que atenda “aos interesses da classe

trabalhadora e que defendem a organização de um currículo que integre de forma orgânica e consistente as dimensões da ciência, da tecnologia, de cultura e de trabalho” (Kuenzer, 2017, p. 333).

A partir dessa organização do currículo, atrelar significado ao conhecimento prático com uma abordagem integrada e dialógica entre os componentes curriculares reforça a importância do aluno no ato de aprender, ele deixa de ser passivo e passa a ser sujeito de sua aprendizagem. Ou seja, pensar em uma “aprendizagem flexível” (Kuenzer, 2017), com mais iniciativa e comprometimento. Assim, o “currículo integrado é uma estratégia indispensável, pois permite interconectar todas as dimensões possíveis do conhecimento e da aprendizagem” (Santomé, 2017, p. 123).

Em vista disso, o currículo integrado possui uma relevância por ter uma proposição que se compromete com a formação como um todo, é um processo engajado com ações formativas integradoras, capazes de promover a autonomia com práticas pedagógicas que ampliem os horizontes de alunos e professores. Ou seja, uma “prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos” (Freire, 1996, p. 145). Sendo um projeto de ensino com propósito na formação humana, com conteúdo que tenha como referência o sujeito como ser social e sendo capaz de trabalhar coletivamente, contribuindo para uma sociedade mais fraterna e de justiça social.

METODOLOGIA

Para se chegar ao objetivo proposto, tem-se como aporte metodológico o paradigma interpretativo, de natureza qualitativa e análise descritiva. Para coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com docentes e coordenador de curso, do Campus Júlio de Castilhos, que atuam na EJA, além das entrevistas foram realizadas análise documental dos documentos Institucionais, leis, resoluções e decretos Federais. Com o propósito de compreender a realidade, considera-se que o conhecimento não é neutro, está relacionado aos significados dos sujeitos em interação mútua e do sentido que dão para a cultura e as suas peculiaridades do cotidiano vivenciado no fenômeno educacional. A pesquisa está inserida em um cenário educativo concreto que busca compreender, conhecer e atuar frente aos desafios postos que é trabalhar com alunos da EJA EPT. No paradigma interpretativo o conhecimento tem seu embasamento na interação sujeito-objeto, com a finalidade de aprofundar e compreender a conduta dos colaboradores do estudo e assim estar mais próximo para interpretar os significados, ações e pensamentos que envolvem a instituição de ensino. Este envolvimento

de comunicação entre a pesquisadora e o entrevistado é importante para se chegar ao objeto de estudo, com o objetivo de aprofundar o conhecimento e a compreensão da realidade educacional pesquisada. Sandin (2003, p.34) coloca que a “finalidade da investigação é compreender e interpretar a realidade, os significados e as pessoas, percepções, intenções e ações”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Lei nº 11.892 de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tem em sua oferta no mínimo 50% das vagas na educação profissional técnica de ensino médio prioritariamente na forma integrada. Essa vinculação está atrelada à elevação da escolarização dos jovens da classe trabalhadora e o desenvolvimento econômico onde se busca superar a dualidade do trabalho formal do trabalho intelectual.

Os Institutos têm em um dos seus fundamentos a verticalização do ensino que perpassa da educação básica à educação superior. Essa particularidade implica que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino com a apropriação da concepção de um currículo que articule trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana. Trata-se de um projeto ousado que agrega formação acadêmica a preparação para o trabalho.

A realidade agora vivenciada com a aprovação da reforma do ensino médio em 2017 é fruto de conflitos ideológicos em torno de disputas por diferentes projetos de sociedade. Essa reforma representa um retrocesso para a educação brasileira, que retoma o modelo da Lei nº 5.692 de 1971 (Fixa Diretrizes e Bases para o ensino médio de 1º e 2º graus), período da ditadura militar ao apostar na formação por “itinerários formativos diversificados”, que, na verdade, segmenta e hierarquiza o conhecimento, isso porque a escolha dos estudantes vai ficar restrita às possibilidades limitadas das ofertas de ensino, principalmente quando se refere em rede estadual.

A Lei nº 13.415 de 2017 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, não apresenta alterações na “seção quatro (IV)” que trata da educação profissional técnica de nível médio, incluída na Lei nº 11.741/2008. Não consta também novas proposições na “seção cinco (V)” que trata da educação de jovens e adultos e para o “capítulo III” que trata da educação profissional. A não referência na lei sobre o ensino médio integrado trás incertezas quanto ao futuro e à oferta dessa modalidade de ensino, dado que o sentido do termo integrado não fica

claro na lei. No entanto, é fundamental ter clara a compreensão do que se entende por ensino médio integrado.

Entretanto, o conceito de politecnia não pode ser entendido no seu significado literal como “multiplicidade de técnicas”; a educação politécnica possibilita que jovens tenham o domínio, habilidades e fundamentos científicos de diversas técnicas utilizadas no sistema produtivo atual, e com isso busca a consolidação de cursos de nível médio profissionalizante. Quando se fala em currículo integrado, propõe-se a análise de três conceitos no sentido de integração. A primeira delas é a formação omnilateral que expressa uma formação humana, pois implica as dimensões para o trabalho, a ciência e a cultura, conforme ressalta Ramos:

O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao respectivo modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço produtivo; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (RAMOS, 2008; p. 3).

O trabalho não pode ser concebido somente como uma força de trabalho para se ganhar a vida, o trabalho acima de tudo é uma realização humana de interação, produção e criação. Desse modo, considerar o trabalho como princípio educativo vale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e por se apropriar dela, pode transformá-la. Igualmente importante citar que o trabalho é uma prática econômica, porque se garante a existência satisfazendo suas necessidades. Ao longo da história, o ensino médio esteve marcado em sua razão de ser para o mercado de trabalho, considerando que, ao término do curso, procurariam um emprego. Com isso, coloca-se em discussão a finalidade do ensino médio que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco para o mercado de trabalho. Embasado nisso, Ramos reflete sobre a finalidade do ensino médio:

[...] é preciso que o ensino médio defina sua identidade como última etapa da educação básica mediante um projeto que, conquanto seja unitário em seus princípios e objetivos, desenvolva possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos que o constituem – adolescentes, jovens e adultos- reconhecendo-os não como cidadãos e trabalhadores de um futuro indefinido, mas como sujeitos de direitos no momento em que cursam o ensino médio (RAMOS, 2008;p. 6).

Ciavatta complementa o pensamento de Ramos (2008) com a seguinte reflexão em relação à formação no ensino médio: “o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem, e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente a sua política” (2005; p. 85). Dessa forma, o que é posto em questão é o sentido de integrar em sua completude, de tratar a educação

como uma totalidade social, nas suas múltiplas dimensões que concretizam os processos educativos, com ações efetivas de formação para o mundo do trabalho com capacidade de transformar e ressignificar a realidade a qual estão inseridos. Ou seja, pensar no ensino médio integrado como um processo formativo que proporcione novas perspectivas de vida aos jovens e adultos. Frigotto complementa sobre o sentido de integrar:

No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico e à educação profissional, postula que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior (FRIGOTTO, 2005;p. 17).

De acordo com o Projeto Pedagógico dos cursos, os docentes da Instituição possuem formação superior na área técnica conforme a oferta do curso e da área básica, em sua maioria tem formação de Mestrado e Doutorado. A Instituição conta também com profissionais técnicos administrativos em educação, que fazem parte da equipe multidisciplinar como Pedagogo, Técnico em Assuntos Educacionais, Psicólogo, Assistente Social e equipe de saúde, esses profissionais são responsáveis por todo suporte e assistência aos alunos, seja na aprendizagem, saúde, atendimento e acompanhamento, dado que os mesmos apresentam grande vulnerabilidade social, empregos precários, ou a falta dele.

Diante dessa vulnerabilidade, tem-se uma política institucional dos auxílios permanência, onde os alunos recebem bolsas para custear o deslocamento até a Instituição, ou ajudar na compra de materiais. Todos os alunos recebem refeição e contam com o Programa de Permanência e Êxito que acompanham o processo de ensino-aprendizagem. Todas essas políticas institucionais estão previstas nos Projetos Pedagógicos dos cursos como programas de acompanhamento aos alunos.

Nesse sentido, os Institutos Federais têm, em sua proposta político-pedagógica, dentre outras especificidades, a oferta de diferentes níveis da educação básica, mas principalmente cursos de ensino médio integrado, cursos técnicos de nível médio na modalidade EJA, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e bacharelado, bem como programas de pós-graduação, formação inicial e continuada aos trabalhadores. Com essa abrangência, os Institutos têm a possibilidade de flexibilizarem itinerários formativos que permitem um diálogo rico e diverso com a integração dos diferentes níveis.

A instituição tem como Missão, “promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável” (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2019, p. 23). E como visão “ser excelência na formação de técnicos de nível médio e professores para

a educação básica e em inovação e extensão tecnológica” (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2019, p. 23). Seus valores estão pautados na ética, solidariedade, responsabilidade social e ambiental, comprometimento, transparência, respeito e gestão democrática.

De acordo com o documento elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), concepções e diretrizes 2010, esta organização proporciona aos profissionais que nela atuam:

[...] um espaço ímpar de construção de saberes, por terem esses profissionais a possibilidade de dialogar simultaneamente e de forma articulada, da educação básica até a pós graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear, o que faz que essa atuação acaba por sedimentar o princípio da verticalização. Esses profissionais têm a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, em diferentes níveis da formação profissional, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2010, P. 27).

Esse modelo institucional com proposta pedagógica inovadora com atuação em cursos técnicos integrados, subsequentes, cursos integrados na modalidade EJA, licenciaturas, graduações tecnológicas, especializações e com Formação inicial e continuada, exige do profissional uma postura criativa e reflexiva ao desenvolver seu trabalho. A organização verticalizada³, um dos princípios dos Institutos, permite aos docentes atuarem em diferentes níveis de ensino e aos discentes compartilharem diferentes espaços de aprendizagem ao mesmo tempo em que possam delinear suas trajetórias de formação do curso técnico à pós-graduação.

Uma organização curricular verticalizada permite aos docentes experiências ímpares de construção de saberes que perpassa da educação básica à pós-graduação e, dentro desse espaço, buscar metodologias diferenciadas que melhor se apliquem a cada modalidade de ensino, além de proporcionar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a tríade que se busca tornar viva e dinâmica. A proposta dos Institutos agrega em sua formação a preparação para o trabalho como um princípio educativo, “articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana” (Pacheco, 2011, p. 15). Essas articulações buscam uma formação profissional integrada e flexível com infinitas possibilidades de reinventar-se e se profissionalizar para o mundo do trabalho, fator decisivo no perfil de educador que a educação enquanto instituição almeja e necessita.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

³ “A verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre diferentes cursos da educação profissional e tecnológica” (Pacheco, 2011, p. 25).

O que se quer destacar nesta análise é a busca de pensar o espaço escolar para a EJA, com uma formação fundamentada nos princípios da solidariedade, da dialogicidade, da formação humana, “de tal forma que o ensino médio seja consolidação básica unitária, politécnica, centrada no trabalho, na ciência e na cultura em uma relação mediada com a formação profissional” (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2012, p. 44).

Saviani (1996), aborda as questões de trabalho nos seguintes aspectos: o primeiro deles é pensar que a educação não tem relação alguma com trabalho, nesse viés, Saviani (1996) denomina como “o carácter improdutivo da educação”, por outro lado a educação passa a ser entendida como funcional enquanto qualificadora de mão de obra, “isto é, considera-se que a educação potencializa trabalho” (Saviani, 1996, p. 151). Pensar a educação nessas duas proposições desvincula a articulação da formação geral com a formação profissional, e vincula uma educação hegemônica, atrelada somente ao mercado do trabalho e à produtividade.

Todavia, para uma educação contra hegemônica, Ramos (2019) traz que é necessário que o trabalho se integre na formação profissional como fundamento da formação humana, de modo a possibilitar e compreender o currículo no avanço das forças produtivas da ciência e da tecnologia. Reflete, ainda, que a integração do trabalho com a ciência e com a cultura visa demonstrar que a transformação da realidade, por meio do trabalho, proporciona modos históricos de vida, trata-se de um desafio para que os estudantes aprendam com a realidade como produção da existência humana.

Por isso, um projeto de educação integral, que tenha o trabalho como princípio educativo, articula-se com a participação ativa dos sujeitos, com uma ação educativa dialógica, renovada e transformada continuamente, dialeticamente (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005). Cabe ainda destacar que a educação integral busca atender os filhos e filhas da classe trabalhadora para uma formação ampla, que potencialize a transformação da realidade. Por essa perspectiva, o ensino médio integrado busca atingir esse público com uma formação de qualidade, como sujeitos de relações sociais, ativos e críticos.

Para a EJA, a relação entre mundo do trabalho e educação discorre de forma muito mais rápida. Quando ingressam na escola, os alunos buscam conhecimentos que os ajudem na sua vida; para eles o trabalho faz parte do seu cotidiano, e tratar desses temas no currículo é tão necessário para que desenvolvam o pensamento reflexivo construído a partir das experiências que possuem, que são oriundas das relações estabelecidas no decorrer da vida.

Nessa direção, torna-se necessária a promoção de oportunidades que levem ao desenvolvimento da criatividade, do pensamento autônomo e crítico, do desenvolvimento de hábitos de autoaprendizagem

como requisitos para a constituição de sujeitos interessados, curiosos, críticos, solidários, os quais possam se inserir de forma autônoma e qualificada no mundo do trabalho (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, 2019, P. 48).

Diante do exposto, o currículo integrado busca formar os sujeitos para promoção da autonomia, da criticidade, propicia a flexibilização curricular, a partilha de vivências e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas. Para isso, toda comunidade escolar precisa trabalhar em colaboração, para que possam ampliar o diálogo com o mundo do trabalho e, então, atender aos interesses e necessidades dos sujeitos, para que percebam a Instituição como um espaço formativo, que possibilita, através da qualificação profissional, acesso a oportunidades profissionais, com uma formação pautada no respeito, no diálogo e no comprometimento.

O importante é que os jovens e adultos tenham a consciência que a escola nem sempre vai corrigir a desigualdade social, ou vai garantir um emprego melhor a partir da certificação ao concluírem o ensino médio técnico. Trata-se de entender o processo educativo para além disso, como capaz de fazer uma leitura crítica das condições, das relações de trabalho, para que não seja somente um processo laborativo, mas que atenda às reais necessidades sociais e culturais desses trabalhadores.

Portanto, precisa-se superar a fragmentação dos currículos e pensar nos sujeitos de conhecimento, com experiências formativas construídas a partir do seu cotidiano. A partir desse pressuposto, busca-se a capacidade de compreensão à sua volta, cada um com suas experiências incorporam uma construção coletiva de saberes. Ciavatta (2022) destaca que o exercício da formação integrada é um ato democrático e participativo, como uma ação coletiva, já que o movimento de integração é social.

Barbosa (2019) reafirma o carácter emancipador da EJA na perspectiva da formação humana, em detrimento da preparação de mão de obra para as demandas do mercado. Nessa perspectiva, abrem-se possibilidades para a efetivação de uma formação de qualidade, pautada no exercício da profissão visando a autonomia e a emancipação dos sujeitos, uma formação centrada não apenas no domínio dos conhecimentos gerais, mas também no conhecimento prático e teórico atrelado ao processo produtivo. Essa integração entre ensino médio e educação profissional e tecnológica tem como eixo central o trabalho, o que contribui para uma formação alinhada à classe trabalhadora, consciente do seu papel na sociedade, que, além de terem uma certificação técnica, consigam criticamente entender os processos de trabalho e renda.

A escola vem sofrendo mudanças, que Nóvoa (2019) nomeia como metamorfose, e destaca a importância de valorizar a profissão docente no espaço de formação, através do trabalho coletivo. A metamorfose implica mudanças no ambiente escolar, é reconhecer a escola

como espaço de cooperação e formação docente, “a metamorfose da escola acontece sempre que os professores se juntam em coletivo para pensarem o trabalho, para construírem práticas pedagógicas diferentes, para responderem aos desafios colocados pelo fim do modelo escolar” (Nóvoa, 2019, p. 11). Com isso, a integralização dos conteúdos com a prática demanda tempo coletivo, de falar, de escutar o outro, são espaços de trocas e produção de saberes, que traz à luz o debate e a reflexão com um espaço formativo, essa organização amplia as conexões dos saberes docentes e de alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o projeto integrador, busca-se promover a “formação integral” do estudante, no momento que possuem trajetórias descontínuas, dificuldades de permanência no ambiente escolar. Propor um ensino atrelado à vida do estudante possibilita repensar esses espaços formativos com a centralidade do ensino no fazer pedagógico, para assim efetivar o direito à EJA, a uma educação que promova sua autonomia e leve em consideração suas especificidades na organização curricular, primando pelo atendimento diferenciado e a qualificação, como ação essencial para a formação de um sujeito ético, reflexivo, crítico e político, capaz de construir suas relações com o mundo do trabalho. “É este o desafio que o sistema nacional de educação terá de enfrentar. Somente assim será possível, além de qualificar para o trabalho, promover igualmente o pleno desenvolvimento da pessoa e o preparo para o exercício da cidadania” (Saviani, 2022, p. 6).

Diante do exposto, a “certificação técnica” vem ao encontro da formação para o exercício da cidadania, onde os estudantes percebam a instituição “como espaço formativo inclusivo que possibilita o acesso a diferentes meios de atuação pessoal e profissional. Para isso, é necessário que o professor o compreenda como um sujeito inserido em uma realidade concreta” (Plano Desenvolvimento Institucional, 2019, p. 48). Assim sendo, a Instituição prima por uma formação ética e política, uma educação com vistas ao mundo do trabalho, que seja fonte da emancipação humana, que atenda à diversidade, à criatividade e ao respeito à vida.

Essa relação com o “trabalho” vislumbra trazer para o ambiente escolar as experiências e vivências dos estudantes, não na perspectiva de força de trabalho para o mercado, mas no sentido de compreensão dos conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente com vistas à transformação social, com um olhar crítico e ativo na construção do saber. Nesse percurso, um projeto de educação integral articula-se com as relações sociais com uma participação ativa dos sujeitos, onde a organização curricular se integre “com as dimensões da

ciência, da tecnologia, da cultura e do trabalho, como formas de atribuir significado ao conhecimento escolar e, em uma abordagem integrada, produzir maior diálogo entre os componentes curriculares” (KUENZER, 2017, p. 333).

Com essa compreensão, os docentes se tornam mediadores do processo e trazem para o espaço escolar suas dificuldades e desafios frente à formação integral. Quando se propõe uma rede de formação dialógica, com círculos interativos, busca-se na “autotransformação permanente” o desafio de se comprometer com ações transformadoras no contexto da EJA. Por isso que o diálogo é de suma importância enquanto o docente se reconhece inacabado e se coloca em permanente aprendizagem, com esse movimento reflexivo se constitui pessoa e profissional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. L., & FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. Revista Educação em Questão, 2015; 52(38), 61-80. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956>

BARBOSA, C. S. A educação de jovens e adultos na perspectiva da formação humana: desafios no contexto das relações flexíveis de trabalho. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 2019; 14(1), 63-76. <https://doi.org/10.21723/riace.v14i1.11114>

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memórias e de identidade. In G. Frigotto, M. Ciavatta, & M. N. Ramos. Ensino médio integrado: concepções e contradições (pp. 83-105). 2005, São Paulo: Cortez.

CIAVATTA, M. O materialismo histórico e a pesquisa em educação profissional. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, 2022, 1(22), e13896. https://doi.org/10.15628/r_bept.2022.13896

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia (38a ed.). 1996, São Paulo: Paz e Terra.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M., & RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In H. Costa, & M. Conceição (Orgs.). Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional (pp. 19-62). 2005, São Paulo: Cut.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M., & RAMOS, M. (Orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. 2012, São Paulo: Cortez.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes. 2010, Brasília: MEC, SETEC. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Cozinha Integrado EJA-EPT (PROEJA). 2020, São Borja, RS. Recuperado

de <https://www.iffarroupilha.edu.br/projeto-pedag%3%b3gico-de-curso/campus-s%3%a3o-borja>

Kuenzer, A. Z. Educação profissional e tecnológica no Brasil: a reestruturação em curso (2a ed.). 2017, Campinas: Autores Associados.

Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau e da outras providências. Brasília, DF. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm

Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm

Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (2017). Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm

Lei n. 11.741, de 16 de julho de 2008 (2008). Altera dispositivos da Lei 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm

NÓVOA, A. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. *Educação & Realidade*, 44(3), e84910. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623684910>

PACHECO, E. Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica. 2011, São Paulo: Moderna.

RAMOS, M. N. Marcos conceituais do ensino médio integrado: proposta para discussão. 2008, Brasília: SEB, SETEC/MEC.

RAMOS, M. N. Ensino Médio no Brasil contemporâneo: coerção revestida de consenso no “estado de exceção”. *Nova Paideia*, 1(1), 2-11. 2019. <https://doi.org/10.36732/riep.v1i1.19>

SANDÍN, M. Investigación cualitativa en educación. fundamentos y tradiciones. 2003, Madrid: Mc Graw Hill.

SANTOMÉ, J. T. Las nuevas reformas educativas y el curriculum escolar. In A. S. Virginio, N. R. Silva, & S. Rocha (Orgs.). *Sociedade e educação transformadora: novas práticas na escola* (1a ed., pp. 107-128). 2017, Porto Alegre: CirKula.

SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica (12a ed.). 1996, Campinas: Autores Associados.

SAVIANI, D. Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, 1(22), e13666. 2022. <https://doi.org/10.15628/rbept.2022.13666>